



ESTADO DE SANTA CATARINA

ATO Nº 2.169, de 20/09/2018.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, resolve **DETERMINAR**, de acordo com as disposições contidas nos artigos 48, 54 e 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em conformidade com a Portaria MF/STN nº 495, de 06 de junho de 2017, da Secretaria do Tesouro Nacional, a publicação dos **Relatórios de Gestão Fiscal do Poder Executivo**, relativos ao **segundo quadrimestre do exercício financeiro de 2018**, elaborados com base nos dados consolidados, extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF.

EDUARDO PINHO MOREIRA
Governador do Estado

ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2017 À AGOSTO DE 2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	LIQUIDADAS													
	Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	Mai/18	Jun/18	Jul/18	Ago/18	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) ¹	1.047.826.680,44	1.047.664.250,07	1.048.256.252,27	1.136.507.141,21	1.001.007.107,21	1.036.468.232,93	1.076.318.205,84	1.067.340.903,66	1.085.999.593,14	1.090.153.839,31	1.099.735.276,57	1.077.785.247,14	12.815.062.729,79	5.043.059,73
Pessoal Ativo	598.163.587,74	597.148.826,58	598.915.768,82	677.348.695,35	549.542.735,58	581.961.367,58	614.083.305,16	613.583.894,53	621.175.204,17	622.272.061,65	627.602.224,81	605.068.337,59	7.306.866.009,96	2.451.524,80
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	586.488.873,34	585.386.006,60	587.074.186,55	656.916.292,86	538.378.442,18	570.436.233,47	602.568.324,45	601.871.649,40	609.252.462,91	610.918.540,49	616.377.755,85	593.896.922,61	7.159.565.690,71	2.451.524,80
Obrigações Patronais	10.815.433,71	10.978.838,22	11.137.506,56	19.614.817,99	10.539.895,38	10.896.397,04	10.647.969,27	10.839.967,36	10.941.446,78	10.323.703,47	10.258.555,38	10.286.195,47	137.482.406,58	0,00
Benefícios Previdenciários	859.280,69	783.981,76	704.075,71	617.584,50	624.388,02	626.737,07	867.011,44	872.597,77	981.294,48	1.029.817,74	985.913,58	885.219,51	9.817.912,27	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	446.981.323,22	447.917.398,14	446.739.583,22	456.563.604,17	451.464.371,63	454.506.865,35	460.920.234,69	449.345.752,38	462.165.406,60	465.046.201,80	469.510.082,86	469.942.328,32	5.481.103.152,37	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	379.750.829,72	380.179.939,08	383.838.513,12	384.333.281,39	385.931.571,05	388.863.022,17	394.821.009,12	382.952.029,02	395.165.124,88	398.324.023,70	402.556.285,38	402.797.192,54	4.679.512.821,17	0,00
Pensões	67.230.493,50	67.737.459,06	62.901.070,10	72.230.322,78	65.532.800,58	65.643.843,18	66.099.225,56	66.393.723,36	67.000.281,72	66.722.178,10	66.953.797,48	67.145.135,78	801.590.331,20	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 59 da LRF)	2.681.769,48	2.598.025,35	2.600.900,23	2.594.841,69	0,00	0,00	1.314.666,00	4.411.256,75	2.658.982,37	2.835.575,86	2.622.968,90	2.774.581,23	27.093.567,86	2.591.534,93
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	171.992.729,77	181.581.571,13	171.858.759,58	247.405.970,44	153.858.534,07	162.078.874,37	158.288.225,17	160.866.456,64	163.682.034,99	159.696.218,75	193.579.841,91	183.572.140,85	2.108.461.357,67	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	8.706.618,51	9.001.667,73	8.616.485,76	46.126.445,30	6.778.839,70	7.411.948,99	7.648.265,65	8.034.408,41	6.226.214,86	8.465.180,26	6.405.330,28	131.252.282,46	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	2.794.081,25	3.314.843,74	3.806.052,19	2.631.334,82	1.812.592,20	2.303.090,87	2.012.446,83	2.360.733,02	5.023.239,64	3.120.840,23	5.304.648,21	4.205.743,93	38.689.646,93	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	4.881.276,10	4.231.478,01	6.638.544,60	5.642.508,07	112.846,70	466.152,45	75.138,86	73.047,30	77.926,90	828.310,45	943.833,81	963.620,13	24.934.683,38	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	155.610.753,91	165.033.581,65	152.797.677,03	193.005.682,25	145.154.255,47	151.897.682,06	148.369.762,47	150.784.410,67	150.546.460,04	149.520.853,21	178.866.179,63	171.997.446,51	1.913.584.744,90	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	875.833.950,67	866.082.678,94	876.397.492,69	889.101.170,77	847.148.573,14	874.389.358,56	918.029.980,67	906.474.447,02	922.317.558,15	930.457.620,56	906.155.434,66	894.213.106,29	10.706.601.372,12	5.043.059,73

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)			-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)		21.921.199.488,30	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)		21.920.292.903,30	-
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		10.711.644.431,85	48,87%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		10.740.943.522,62	49,00%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)		10.203.896.346,49	46,55%
FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEP/SC		9.666.849.170,36	44,10%

Tabela 1.1

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL								
2017			2018			2018		
3º Quadrimestre			1º Quadrimestre			2º Quadrimestre		
Limite	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de	Limite	% DTP	Redutor Residual	Limite	% DTP
Máximo			1/3 do Excedente					
(a)	(b)	(c) = (b-a)	(d) = (1/3*c)	(e) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (a)	(i)
49,00%	49,73%	0,73%	0,24%	49,49%	48,99%	-	49,00%	48,87%

NOTAS EXPLICATIVAS:

- ^{1a)} Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.
- ^{2a)} As despesas com verbas indenizatórias, que têm como característica compensar dano ou ressarcir gasto do servidor público (rubricas: 0029 – Auxílio Babá 6 anos Sal. Cont.; 0058 – Auxílio Creche + 6 anos; 0059 – Auxílio Babá + 6 anos; 0157 – Auxílio alimentação; 0276 – Auxílio Creche/Babá; 0328 – Auxílio Creche até 5 anos; 0568 – Indenização auxílio saúde; 0515 – Auxílio Moradia; 0581 – Vale Transporte; 0582 – Auxílio Alimentação), foram deduzidas no cálculo das despesas com pessoal, por não se enquadrarem no disposto no art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.
- ^{3a)} As despesas com verbas indenizatórias, em virtude da rescisão de contrato de trabalho (rubricas: 0293 – 13º Salário Rescisão; 0294 – Indenização de Férias; 1023 – Pagamento Rescisão 13º Salário) e decorrente da rescisão de contrato de trabalho temporário (rubricas: 0331 - Indenização de Férias - Primeiro Contrato; 0332 - Indenização de Férias - Ano em Curso), para o Magistério Público Estadual (Secretaria de Educação, UDESC, Fundação Catarinense de Educação Especial), foram deduzidas no cálculo das despesas com pessoal conforme o disposto no art. 19, parágrafo 1º, inciso 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- ^{4a)} As despesas com pagamentos aos jovens aprendizes (rubrica: 0208 – Salário Jovem Aprendiz) foram deduzidas no cálculo das despesas com pessoal por não caracterizar relação direta de emprego e não ser considerada no bojo das despesas com pessoal decorrente de terceirização, conforme disposto no art. 18, parágrafo 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- ^{5a)} As despesas com verbas indenizatórias, decorrentes da aplicação das Leis Complementares Estaduais nºs 609, 611 e 614, de 2013 e Lei Estadual nº 16.160, de 2013, não foram consideradas no cálculo das despesas com pessoal do Poder Executivo por não estarem enquadradas no conceito do art. 18 da LRF.
- ^{6a)} Não foram consideradas as despesas com pessoal da Defensoria Pública Estadual e do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, em virtude de sua autonomia orçamentária e financeira, conforme dispõem o art. 134 da Constituição Federal, com as redações dadas pelas Emendas Constitucionais nºs 45/2004 e 80/2014 e o art. 107 da Lei Complementar Estadual nº 202, de 2000, respectivamente.
- ^{7a)} Não foram consideradas as despesas com Jetons, pagos aos integrantes de conselhos estaduais, caracterizados juridicamente como verba indenizatória, conforme Pareceres PAR 383/17-PGE e PAR 100/18-PGE C, com exceção dos Jetons pagos pela Secretaria de Estado de Educação, Secretaria de Estado do Turismo, Cultura e Esporte, Fundação Catarinense de Esporte, Fundação Catarinense de Cultura, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina - Aresc, Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina S/A, Fundação Catarinense de Educação Especial, Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina e Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina .
- ^{8a)} Não foram consideradas as despesas com Abono Permanência de acordo com a Decisão nº 893/2017 do TCE/SC.
- ^{9a)} Não foram consideradas as despesas com abono constitucional de férias, caracterizadas juridicamente como verbas indenizatórias, conforme Parecer COJUR/SEF nº 250/2018 e da Procuradoria Geral do Estado nº PAR 170/18-PGE.
- ^{10a)} Para evitar a duplicidade de valores referente ao processamento da despesa com pessoal requisitado/cedido por órgãos e entidades pertencentes ao mesmo órgão público (operações intraorçamentárias), estão sendo excluídos os valores registrados nas rubricas de receita 7.9.2.2.99.35.XX - Ressarcimento de pessoal cedido e 7.9.2.2.07.35.XX - Recup. desp. exerc. anteriores - ressarcimento de pessoal cedido, dos órgãos cedentes, e computado os valores registrados nos itens de despesa 31.91.96.01 - Pessoal requisitado de outros órgãos e 31.91.92.96 - Ressarcimento de despesa de pessoal requisitado de exercício anterior, dos órgãos cessionários.
- ^{11a)} Inclusão das despesas com os Serventários de Justiça (Subação 9380 - Encargos com Inativos Extrajudiciais - TJ - Fundo Financeiro) na Despesa com Pessoal do Poder Executivo, de acordo com a decisão do Tribunal de Contas do Estado nº 780/2017. O Estado de Santa Catarina ingressou com ação de Mandado de Segurança sobre a referida decisão, processo nº 4000394-66.2018.8.24.0000.
- ^{12a)} Deduzidas as despesas de inativos e pensionistas custeadas com recursos provenientes da arrecadação de contribuições dos segurados e das demais receitas diretamente arrecadadas pelo RPPS.
- ^{13a)} Os valores referentes às Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 13, art. 166 da CF) são obtidos por meio de demonstrativo divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional no seguinte endereço www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais - Demonstrativo relativo às Emendas Parlamentares Individuais.
- ^{14a)} Não foram computadas como despesa com pessoal, os valores referentes a contratos com Organizações Sociais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público contratadas pelo Poder Executivo, em virtude dessas despesas não possuírem, juridicamente, características de despesa com pessoal, conforme Parecer COJUR/SEF nº 274/2018 e Parecer PAR 180/18-PGE. Os valores correspondentes a essas despesas, no período de set/2017 a ago/2018, somam o montante de R\$ 235.024.950,31, estes valores foram disponibilizados pela Secretaria de Estado da Saúde.

Florianópolis, 21 de setembro de 2018.

EDUARDO PINHO MOREIRA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 025039/O-2

AUGUSTO PUHL PIAZZA
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL
MATRÍCULA Nº 378.720-6

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA
DÍVIDA PÚBLICA
MATRÍCULA Nº 209.888-1

MICHELE PATRICIA RONCALIO
DIRETORA DO TESOURO ESTADUAL
MATRÍCULA Nº 360.887-5

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2018

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	23.224.812.961,96	23.622.912.308,63	24.652.238.954,38	
Dívida Mobiliária	-	-	-	
Dívida Contratual	20.220.062.575,08	20.570.842.321,13	21.433.487.022,57	
Empréstimos	19.595.853.152,42	19.959.647.423,33	20.829.777.008,17	
Internos	16.430.503.699,54	16.522.047.848,32	16.932.373.449,44	
Externos	3.165.349.452,88	3.437.599.575,01	3.897.403.558,73	
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	-	-	-	
Financiamentos	5.311.684,07	17.635.752,43	17.083.889,15	
Internos	5.311.684,07	17.635.752,43	17.083.889,15	
Externos	-	-	-	
Parcelamento e Renegociação de dívidas	618.897.738,59	593.559.145,37	586.626.125,25	
De Tributos	-	-	-	
De Contribuições Previdenciárias	339.532.760,01	323.982.805,65	320.847.525,11	
De Demais Contribuições Sociais	278.719.736,67	268.936.191,08	265.159.373,75	
Do FGTS	-	-	-	
Com Instituição Não Financeira	645.241,91	640.148,64	619.226,39	
Demais Dívidas Contratuais	-	-	-	
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	2.303.627.175,19	2.368.073.748,50	2.587.537.091,08	
Outras Dívidas	701.123.211,69	683.996.239,00	631.214.840,73	
DEDUÇÕES (II)	12.427.017.401,49	4.346.985.383,25	3.955.306.212,18	
Disponibilidade de Caixa	9.209.288.955,69	3.989.916.534,14	3.597.463.529,25	
Disponibilidade de Caixa Bruta¹	9.613.679.322,90	4.164.779.012,92	3.741.391.554,81	
(-) Restos a Pagar Processados	404.390.367,21	174.862.478,78	143.928.025,56	
Demais Haveres Financeiros²	3.217.728.445,80	357.068.849,11	357.842.682,93	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III)= (I - II)	10.797.795.560,47	19.275.926.925,38	20.696.932.742,20	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	21.132.256.296,12	21.542.091.051,84	21.921.199.488,30	
% da DC sobre a RCL (IV/RCL)	109,90	109,66	112,46	
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	51,10	89,48	94,42	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: 200% SOBRE a RCL	42.264.512.592,24	43.084.182.103,68	43.842.398.976,60	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <=%>	38.038.061.333,02	38.775.763.893,31	39.458.159.078,94	
<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	7.762.739,97	7.896.920,36	8.144.699,54	
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC) ²	-	-	-	
PASSIVO ATUARIAL³	145.514.165.893,56	112.956.662.941,01	112.956.662.941,01	
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	5.901.392.604,30	6.110.704.013,96	6.110.704.013,96	
RP NÃO PROCESSADOS	-	27.231.385,89	17.152.085,57	
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-	
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	-	-	-	
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	-	509.167.194,21	509.167.194,21	

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

¹ Disponibilidade de Caixa Bruta representa os valores depositados em Bancos, incluindo aplicações financeiras, mais os valores da arrecadação indireta (valores arrecadados em processamento pela rede bancária). No entanto, são excluídos os valores referentes à depósitos de terceiros (tais como cauções, fianças, e consignações) e recursos legalmente vinculados.

² Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Pecatórios".

³ O Déficit Atuarial, cálculo pelo atuário Francisco Humberto Simões Magro, Atuário MIBA Nº 494, em julho de 2017, representa o valor atual dos aportes mensais que os Poderes e Órgãos do Estado de Santa Catarina farão ao longo do tempo para complementar a arrecadação do Fundo Financeiro e honrar com o pagamento dos benefícios dos servidores vinculados a este fundo, conforme estabelecido no artigo 23 da Lei Complementar Estadual nº 412, de 26 de junho de 2008, que dispõe sobre a organização do RPPS/SC.

⁴ Alteração da metodologia de apuração dos demais haveres financeiros em conformidade com o disposto no Manual de Demonstrativos Fiscais, 8ª edição.

Florianópolis, 21 de setembro de 2018.

EDUARDO PINHO MOREIRA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 25.039/O-2

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
MATRÍCULA Nº 209.888-1

AUGUSTO PUEL PIAZZA
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL
MATRÍCULA Nº 378.720-6

MICHELE PATRICIA RONCALIO
DIRETORA DO TESOUREIRO ESTADUAL
MATRÍCULA Nº 360.887-5

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2018

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	-	-	-	
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
AOS MUNICÍPIOS (II)	-	-	-	
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	667.485.005,05	668.108.802,76	728.188.370,71	
Em Operações de Crédito Externas	377.229.034,90	379.727.934,11	438.883.511,98	
Em Operações de Crédito Internas	290.255.970,15	288.380.868,65	289.304.858,73	
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	667.485.005,05	668.108.802,76	728.188.370,71	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	21.132.256.296,12	21.542.091.051,84	21.921.199.488,30	
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	3,16%	3,10%	3,32%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - Nº 043/2001 - DE (22%) sobre a RCL	4.649.096.385,15	4.739.260.031,40	4.822.663.887,43	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	4.184.186.746,63	4.265.334.028,26	4.340.397.498,68	

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)	-	-	-	
Em Garantia às operações de Crédito Externas				
Em Garantia às operações de Crédito Internas				
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	-	-	-	
Em Garantia às operações de Crédito Externas				
Em Garantia às operações de Crédito Internas				
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	667.485.005,05	668.108.802,76	728.188.370,71	
Em Garantia às operações de Crédito Externas	377.229.034,90	379.727.934,11	438.883.511,98	
Em Garantia às operações de Crédito Internas	290.255.970,15	288.380.868,65	289.304.858,73	
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	667.485.005,05	668.108.802,76	728.188.370,71	

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

- O Estado assinou dois contratos de garantia com a Caixa Econômica Federal e dois contratos de contragarantia com a CASAN em decorrência de 18 contratos de financiamentos firmados entre a Caixa Econômica Federal e a CASAN, um no valor de R\$ 250.440.138,90 referente a 14 contratos garantidos, e outro no valor de R\$ 51.561.954,45 referente a 4 contratos garantidos, financiamentos estes referentes a intervenções em abastecimento de água e esgotamento sanitário em alguns Municípios do Estado.
- O Estado assinou um contrato de garantia com a Agence Française de Développement - AFD e um contrato de contragarantia com a CASAN em decorrência do financiamento firmado, no valor total de € 99.756.455,08 , destinado à implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário Coletivo no Estado de Santa Catarina.

Florianópolis, 21 de setembro de 2018

EDUARDO PINHO MOREIRA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 25.039/O-2

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
MATRÍCULA Nº 209.888-1

AUGUSTO PUHL PIAZZA
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL
MATRÍCULA Nº 378.720-6

MICHELE PATRÍCIA RONCALIO
DIRETORA DO TESOURO ESTADUAL
MATRÍCULA Nº 360.887-5

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2018

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

<u>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</u>	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	68.145.000,00	152.717.750,00
Interna	31.000.000,00	31.000.000,00
Empréstimos	31.000.000,00	31.000.000,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 ¹ (I)	-	-
Externa	37.145.000,00	121.717.750,00
Empréstimos	37.145.000,00	121.717.750,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 ¹ (II)	-	-
TOTAL (III)	68.145.000,00	152.717.750,00

<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</u>	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LIQUIDA – RCL (IV)	21.921.199.488,30	-
OPERAÇÕES VEDADAS (V)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI)= (IIIa + V - IIa - IIa)	152.717.750,00	0,70%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	3.507.391.918,13	16,0%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	3.156.652.726,32	14,4%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.534.483.964,18	7,0%

<u>OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas		
Tributos		
Contribuições Previdenciárias		
FGTS	-	204.075,70
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas		

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

¹ Conforme Manual para Instrução de Pleitos (MIP), disponível em conteudo.tesouro.gov.br/manuais/mip, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.

Florianópolis, 21 de setembro de 2018

EDUARDO PINHO MOREIRA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 025039/O-2

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
MATRÍCULA Nº 209.888-1

AUGUSTO PUHL PIAZZA
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL
MATRÍCULA Nº 378.720-6

MICHELE PATRÍCIA RONCALIO
DIRETORA DO TESOUREO ESTADUAL
MATRÍCULA Nº 360.887-5

ESTADO DE SANTA CATARINA - **PODER EXECUTIVO**
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2018

RGF - Anexo 6 (LRF, art. 48)

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE
Receita Corrente Líquida	21.921.199.488,30
Receita Corrente Líquida Ajustada	21.920.292.903,30

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	10.711.644.431,85	48,87
Limite Máximo (incisos I, II e III, art.20 da LRF)	10.740.943.522,62	49,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	10.203.896.346,49	46,55
Limite Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	9.666.849.170,36	44,10

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	20.696.932.742,20	94,42
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	43.842.398.976,60	200,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	728.188.370,71	3,32
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.822.663.887,43	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	152.717.750,00	0,70
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Externas e Internas	3.507.391.918,13	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	1.534.483.964,18	7,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	-	-

FONTE: Anexos do RGF - 2º Quadrimestre 2018 - SEF/DCOG/COINF

Florianópolis, 21 de setembro de 2018.

EDUARDO PINHO MOREIRA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 025.039/O-2

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E
DA DÍVIDA PÚBLICA
MATRÍCULA Nº 209.888-1

AUGUSTO PUHL PIAZZA
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL
MATRÍCULA Nº 378.720-6

MICHELE PATRICIA RONCALIO
DIRETORA DO TESOUREO ESTADUAL
MATRÍCULA Nº 360.887-5